

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Simplificado

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES – CURSO: ESPECIALISTA EM
RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS – OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E
EDITORA LTDA.

Julho - 2020

Sumário

1.	Descrição sucinta do objeto.....	3
2.	Justificativa da necessidade da contratação.....	3
3.	Conteúdo programático e metodologia	4
4.	Alinhamento entre a demanda e o planejamento estratégico e plano anual de capacitação (PAC)	4
5.	Resultados pretendidos	5
6.	Requisitos da Contratação	5
7.	Estimativa de quantidade	5
8.	Preços referenciais.....	6
9.	Indicação do orçamento estimado	6
10.	Recurso orçamentário que custeará a contratação	6
11.	Escolha e justificativa da opção	6
12.	Dados do instrutor	7
13.	Providencias para adequação do ambiente no Órgão.....	7
14.	Análise de riscos.....	7
15.	Documentos obrigatórios para instrução do processo.....	8
16.	Dados da empresa	8
17.	Forma e viabilidade da contratação	8
18.	Fiscalização do contrato	9

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Descrição sucinta do objeto

Objetiva-se, por meio deste estudo técnico preliminar, demonstrar a necessidade e a viabilidade da contratação da empresa Open Treinamentos Empresariais e Editora Ltda. para ministrar o curso “Especialista em Retenções Tributárias”, na modalidade de ensino à distância (EAD), para os servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.

2. Justificativa da necessidade da contratação

Os órgãos e entidades da administração pública dos diversos níveis de governos, no papel de substituto tributário, são obrigados a proceder a diversos recolhimentos de tributos, relacionados a retenções de impostos e contribuições por ocasião dos pagamentos a pessoal, a peritos judiciais, aos fornecedores de bens e serviços, bem como o cumprimento das obrigações acessórias.

O ordenamento jurídico a ser observado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região nessa função é complexo e repleto de leis, decretos, instruções e outros atos que coexistem e que devem ser concomitantemente aplicados, tanto na esfera municipal quanto na Federal.

Diante das dificuldades encontradas na aplicação da legislação tributária, especialmente no que diz respeito às obrigações incidentes na contratação de pessoas físicas e jurídicas, devido às imprecisões e contornos das normas vigentes a respeito do tema, faz-se necessário capacitar os servidores a fim de que possam, com o aprimoramento do conhecimento técnico-jurídico, enfrentar as dúvidas existentes com maior objetividade e, conseqüentemente, melhorar o desempenho, a eficácia e a eficiência no trabalho e resultados das atividades desta unidade, diminuindo os riscos envolvendo a aplicação dos recursos públicos, além de minimizar a possibilidade equívocos e responsabilizações fiscais.

Diante desse contexto, apresentamos o presente Estudo Técnico Preliminar acerca da viabilidade da contratação da empresa Open Treinamentos Empresariais e Editora Ltda. para ministrar o curso “Especialista em Retenções Tributárias”, para servidores das unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.

O evento revela-se de grande interesse por ter enfoque nas obrigações tributárias a que estão adstritos os órgãos da administração pública; na adequação das contratações; no correto enquadramento das atividades dos fornecedores; na identificação passivos tributários; nas retenções e recolhimentos de encargos tributários; abordando questões atinentes ao INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, Cofins e ISS. Também inclui temas relacionados ao e-Social, EFD-Reinf e as recentes alterações no Simples Nacional.

Assim, considerando os princípios que regem a Administração Pública, dentre os quais destacam-se os da legalidade e da eficiência, que aliados à eficácia dos resultados são necessários à aplicação dos recursos públicos, tem-se que a capacitação pretendida se enquadra na política de gestão de pessoas alinhada ao plano estratégico deste Tribunal, ao da Justiça do Trabalho (CSJT) e ao do Poder Judiciário (CNJ).

3. Conteúdo programático e metodologia

O curso terá carga horária de 24 horas e o seu conteúdo contempla as normas aplicáveis tanto às empresas (públicas e privadas) como também aos órgãos públicos dos diversos níveis e governo (Federal, Estadual e Municipal).

Além das aulas expositivas, também serão realizadas simulações, estudos de casos e resolução de problemas práticos do próprio Tribunal.

Cada participante receberá um exemplar do livro com o mesmo título e todas as normas tratadas estão atualizadas de acordo com as alterações mais recentes.

Outras informações sobre o conteúdo programático e a metodologia estão contidas na proposta comercial, que segue em documento anexo ao processo de contratação.

4. Alinhamento entre a demanda e o planejamento estratégico e plano anual de capacitação (PAC)

Como já abordado anteriormente, a capacitação que se busca propiciará desenvolvimento profissional aos servidores do TRT da 23ª Região, bem como a otimização dos procedimentos internos relativos às retenções tributárias incidentes sobre as suas contratações.

O curso demandado está diretamente relacionado com os objetivos estratégicos do Tribunal, assim como também está previsto no plano anual de capacitação da Escola Judicial deste exercício.

Colabora, ainda, para o alcance da missão institucional, qual seja, promover justiça por meio da prestação jurisdicional célere, eficaz, efetiva e outras ações afirmativas de cidadania.

Além disso, concorre para o alcance da visão de futuro institucional do Tribunal, que objetiva ser reconhecido pela excelência na prestação jurisdicional, promoção da qualidade de vida e comprometimento com a boa administração dos recursos públicos.

5. Resultados pretendidos

O curso demandado tem como objetivo específico o aprimoramento contínuo dos servidores, visando a boa administração dos recursos públicos utilizados nesta Administração.

A expectativa é que, ao final do evento, os servidores tenham passado por atualização de conhecimentos, apresentando melhor domínio sobre os temas concernentes à área de atuação, a fim de que possam compreender a dinâmica dos tributos e de sua aplicação, visando a correta aplicação da legislação e atos normativos.

Também se espera que a referida atualização possa subsidiar os servidores em suas rotinas, contribuir para a efetividade e qualidade nos serviços prestados; preparar os servidores para as mudanças de cenários em relação à carga tributária e previdenciária, notadamente, aquelas pelas quais passam a legislação a esta aplicável.

6. Requisitos da Contratação

O curso será ministrado por palestrante renomado, com vasta experiência, conhecimentos sólidos e principalmente práticos nos assuntos tratados, sendo, inclusive, autor do livro “Especialista em Retenções Tributárias”, lançado em 2012 e atualizado anualmente desde então, que é fonte de consulta frequente dos servidores da unidade.

O conteúdo programático contempla a legislação e normas aplicáveis aos órgãos públicos de modo que cada participante possa obter conhecimentos necessários para o desenvolvimento de suas funções, especialmente quanto à tributação incidente sobre as contratações, base de cálculo, alíquotas e respectivas legislações e atos normativos.

7. Estimativa de quantidade

A capacitação mostra-se necessária para os servidores deste Tribunal diante das constantes inovações legislativas aplicáveis, além de decretos, instruções e outros atos normativos que coexistem e que devem ser concomitantemente aplicados.

Ademais, é necessário conhecer as orientações mais relevantes e atuais da jurisprudência e dos especialistas no assunto, que doutrinam nessa área, tendo em vista que a maioria dos problemas enfrentados não guarda solução expressa na lei.

Assim, propõe-se a realização de evento que contemple a participação de, pelo menos, vinte servidores.

8. Preços referenciais

A proposta comercial apresentada pela Open Treinamentos e Editora Ltda é para a realização de curso na modalidade de ensino à distância.

A proposta apresentada pela empresa mostra-se vantajosa, cujo valor unitário custará R\$ 1.050,00, no caso de 15 participantes, e R\$ 925,00, no caso de 20 participantes.

Além disso, o investimento contempla um exemplar do livro Especialista em Retenções Tributárias (7ª edição) para cada participante, além de apostila contendo exercícios e legislação, CD-ROM com os slides do curso, pasta com material de apoio, certificado e todas as despesas com os professores.

9. Indicação do orçamento estimado

O investimento para o curso pleiteado corresponde a:

- R\$ 15.740,00 (quinze mil, setecentos e quarenta reais), para turma de 15 participantes; ou
- R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais), para turma de 20 participantes.

10. Recurso orçamentário que custeará a contratação

O recurso para a contratação será do orçamento da Escola Judicial, ação orçamentária “Apreciação de Causas da Justiça do Trabalho-ACJT”, plano orçamentário “Capacitação de Recursos Humanos” PO-0002.

11. Escolha e justificativa da opção

Trata-se de curso que tem como foco os aspectos tributários voltados aos órgãos públicos, a ser ministrado por profissionais de notório saber jurídico e especialização no assunto, cujo perfil de atuação técnica, campo de especialidade, experiências, estudos e publicações, estão sucintamente mencionados adiante, no item “dados do instrutor”, evidenciando, pois, se tratar de profissional qualificado e adequado ao atendimento da capacitação que ora se demanda.

Também a empresa Open Treinamentos Empresariais e Editora Ltda. é conhecida no mercado pela qualidade dos serviços e produtos e pela sua equipe técnica.

Dentre os produtos oferecidos pela empresa, destaca-se o sistema web Gestão Tributária, ferramenta já utilizada por este Tribunal ao longo dos últimos anos.

O curso também é certificado pelo Conselho Federal de Contabilidade e vale 24 pontos no programa de Educação Profissional Continuada – PEC.

12. Dados do instrutor

O professor Alexandre Marques é advogado atuante nas áreas de direito tributário e empresarial; contabilista; consultor municipal e empresarial na área tributária e previdenciária; pós-graduado em direito processual civil; sócio-fundador do escritório Damasceno & Marques Advocacia; professor em cursos de pós-graduação e de capacitação para empresas e entidades públicas de todo o país em treinamentos abertos e in company.

Autor dos livros “Especialista em Retenções Tributárias” e “Tributação da Atividade de Saúde”. Coautor das obras “INSS - Lei Complementar 116/03”, coordenada por Ives Gandra da Silva Martins, e “Planejamento Tributário”, coordenada por Marcelo Magalhães Peixoto.

O professor Gustavo Reis é advogado atuante na área de direito tributário; pósgraduado em planejamento tributário; professor em cursos de capacitação para empresas e entidades públicas e em treinamentos abertos e *in company*.

Ambos são apresentadores do blog “Foco Tributário – focotributario.com.br – e coordenadores do sistema web Gestão Tributária – gestaotributaria.com.br.

13. Providencias para adequação do ambiente no Órgão

Em razão de os servidores realizarem teletrabalho temporário, o curso será ministrado na modalidade de ensino à distância, devendo, cada participante, assistir às aulas, realizar as atividades propostas pelos instrutores, assim como realizar a avaliação de aprendizagem. Desse modo, não há necessidade de adequação ambiental nas dependências do TRT.

14. Análise de riscos

Entende-se que a elaboração de mapa de risco para esse tipo de contratação se dá de modo bastante simples, pois se trata de contratação ordinária e de pequena monta.

Desse modo, destacam-se alguns riscos:

- Impossibilidade de comparecimento do(s) professor(es), que pode ser solucionado com o agendamento de nova data, principalmente porque há tempo hábil, considerando que o curso está previsto para o primeiro quadrimestre;
- Material didático desatualizado, que também pode ser solucionado com a disponibilização de material complementar (artigos, vídeos), dada a dinâmica da legislação tributária;

- Indisponibilidade de Internet, que pode ser contornada com a disponibilização de material complementar, caso haja perda de conteúdo. Além disso, como o curso não é *on-line*, o servidor poderá assistir em horários variados.

Não obstante, estima-se que o conhecimento e a atualização que serão obtidos com o treinamento são de suma importância para mitigar os riscos operacionais e legais inerentes à atuação da unidade, inclusive quanto ao surgimento de passivos fiscais.

15. Documentos obrigatórios para instrução do processo

Para fins de habilitação, os autos encontram-se instruídos com certidões negativas de débitos trabalhistas, relativas aos tributos federais e à dívida ativa e certificado de regularidade do FGTS-CRF, que comprovam a regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da pretensa contratada, bem como a consulta ao SICAF, que comprova que a empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública.

16. Dados da empresa

Open Treinamentos Empresariais e Editora Ltda-EPP

CNPJ: 09.094.300/0001-51

Banco: 001 – Banco do Brasil

Agência: 5737-1

Conta Corrente: 8193-0

Endereço: Rua Edístio Pondé, 353, Edf. Emp. Tancredo Neves, Sala 909, Stiep - Salvador - Bahia. CEP 41.770-395

17. Forma e viabilidade da contratação

Considerando o exposto neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação ora pretendida é viável.

Quanto à forma, tem-se que a contratação direta do curso se fundamenta no disposto nos artigos 25, II, e 26 da Lei nº. 8.666, de 1993, com incidência do inciso VI, do art. 13, que autorizam a contratação direta por meio de inexigibilidade de licitação de empresa para realizar treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

18. Fiscalização do contrato

Em respeito às disposições contidas na Resolução Administrativa n. 170/2017 deste Tribunal Regional do Trabalho, para a fiscalização da contratação de que trata este estudo técnico, indicam-se os seguintes servidores:

Fiscal Titular: Selma Naara Schinello Nonnenmacher

Fiscal Substituto: Roberto Anacleto da Costa

Lotação: Secretaria de Orçamento e Finanças

Cuiabá-MT, 6 de julho de 2020.

Selma Naara Schinello Nonnenmacher

Seção de Contabilidade Analítica

Secretaria de Orçamento e Finanças

Ciente e de acordo. Encaminhem-se os autos para a Escola Judicial.

Cuiabá-MT, 6 de julho de 2020.

Roberto Anacleto da Costa

Secretário de Orçamento e Finanças em substituição